



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639358 - SP (2021/0006942-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNA DA CUNHA FERREIRA - MG160152
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL DOS SANTOS PEDRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL DOS SANTOS PEDRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL N. 0016419-74.2020.8.26.0041).

O paciente encontra-se preso cumprindo pena de 7 (sete) anos de reclusão como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, e 7 (sete) anos, 2 (dois) meses e 24 (vinte e quatro) dias pela prática do crime comum previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II (por quatro vezes), c/c o art. 70, *caput*, do Código Penal.

A impetrante sustenta que "no caso do paciente, embora seja reincidente, não é reincidente específico. Destarte, o lapso aplicável ao caso do sentenciado é de 40% (quarenta por cento) para progressão de regime" (fl. 6).

Requer, liminarmente, que se restabeleça a decisão de primeira instância, que determinou a retificação do cálculo de penas, aplicando a fração de 40% (quarenta por cento) para progressão de regime, até a análise do mérito deste *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja declarado o constrangimento ilegal sofrido pelo paciente, fixando o prazo de 40% (quarenta por cento) para progressão de regime prisional, nos moldes do art. 112, inciso V, da Lei de Execução Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente